

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Lula e Geraldo

O presidente Lula recebeu o vice-presidente Geraldo Alckmin, ontem, fora da agenda. Além das questões relacionadas ao Ministério de Indústria e Comércio, os dois estão conversando muito e afinados sobre os planos rumo a 2026. A repetição da chapa é dada como certa.

Lula e o PT

Só tem um partido reclamando do fato de Geraldo Alckmin manter a vaga de vice na chapa de Lula: o PT. E nem é todo o PT. É que uma parte considera que, como Lula não será candidato em 2030, a legenda tem que ter a vice para que haja um sucessor "natural". O problema é que, antes de pensar em 2030, tem que vencer 2026. E uma chapa pura dificulta. Lula precisa de Alckmin.

Conflito ideológico

Empresas do setor de trabalho por aplicativos estão confusas com a união entre parlamentares do PL e da esquerda na regulamentação da atividade. O estranhamento se deve ao fato de que tanto o presidente da comissão especial, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), quanto o relator, Augusto Coutinho (Republicanos-PE), são de partidos de direita. E, por isso, o setor considera que ambos deveriam ir contra os desejos do governo Lula e da esquerda. Porém, o relatório seguiu a linha da base governista.

Não é por aí

O setor busca um argumento para, neste ano eleitoral, tentar separar os dois polos da política nesse tema, questionando a "união" da direita com a esquerda e, principalmente, com o PSOL, partido do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos — que elogiou muito o relatório apresentado no fim do ano passado. As empresas, porém, tendem a perder essa batalha.

PODER

Lula fará consultas antes de decidir se integra o "conselho de paz" de Trump, que se propõe a ajudar a administrar uma região devastada

Saia justa sobre a paz em Gaza

» VINICIUS DORIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai responder, de imediato, ao convite feito pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para integrar o "conselho de paz" da reconstrução da Faixa de Gaza. O convite foi recebido pela Embaixada do Brasil em Washington e chegou ao Palácio do Planalto na última sexta-feira. Ontem, Lula reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para discutir o assunto. Como o convite trata de um tema geopoliticamente complexo, que demanda avaliação mais aprofundada e

decisões coordenadas, o Correio apurou que o governo brasileiro vai conversar com "países parceiros" antes de definir sua posição.

As consultas começam a ser feitas ainda nesta semana, pelo Itamaraty, em diálogos com outros países que receberam convite semelhante — como Paraguai, Canadá, Turquia e Egito. Também deve levar o tema para avaliação dos parceiros mais próximos do Brasil, como os sócios do Brics e do Mercosul, e os representantes da União Europeia.

O presidente da Argentina, Javier Milei — um declarado aliado do presidente dos Estados Unidos —, informou, no fim de semana, que ficou "honrado" com o convite



Presidente não quer integrar um conselho que poderia tomar decisões que contrariam posições brasileiras

e que participará do colegiado proposto por Trump. O presidente da França, Emmanuel Macron, por sua vez, deu indicações de que não integrará o grupo, segundo apuração de agências europeias com fontes no Palácio do Eliseu (sede do governo francês).

Os termos do convite feito a Lula estão sendo avaliados pela diplomacia brasileira à luz dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Segundo fontes do Itamaraty ouvidas pelo Correio, o convite de

Trump é pouco preciso, escanteia organismos multilaterais do processo de pacificação de Gaza — principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu Conselho de Segurança — e abre brechas para que o novo colegiado intervenha em outros conflitos pelo mundo.

Um trecho do documento da Casa Branca vazado pela imprensa dos Estados Unidos diz que é "preciso ter coragem para abandonar abordagens e instituições que falharam com muita frequência", ao justificar

a criação do grupo. Para observadores, uma crítica velada à ONU e um sinal de que os EUA vão tentar manter núcleos de poder internacional fora da alcada dos organismos multilaterais tradicionais. Na semana passada, ao elencar as prioridades das Nações Unidas para 2026, o secretário-geral Antônio Guterrez disse que "a erosão do direito internacional não está acontecendo nas sombras, está se desenrolando diante dos olhos do mundo, em nossas telas, ao vivo em 4K".

"Pessoas em todos os lugares estão testemunhando, em tempo real, as consequências da impunidade — o uso ilegal e a ameaça da força; ataques a civis, trabalhadores humanitários e funcionários da ONU; mudanças inconstitucionais de governo; o atropelo dos direitos humanos; o silenciamento da oposição; a pilhagem de recursos", criticou Guterrez.

A falta de representantes palestinos no conselho proposto pelo presidente dos EUA também é motivo de preocupação do Palácio do Planalto. Historicamente, o Brasil apoia a criação do Estado da Palestina e mantém posição crítica à política belicista de Israel na região. A participação de Lula no grupo proposto por Trump poderia ser interpretada como uma flexibilização dessa posição histórica brasileira.

Outro aspecto da proposta da Casa Branca que precisa ser explorado é o custo da adesão ao "conselho de paz". Os países convidados terão que pagar uma espécie de "taxa de adesão" de US\$ 1 bilhão (aproximadamente R\$ 5,4 bilhões) caso queiram permanecer no grupo por mais de três anos. A ideia de Trump — que se auto-declarou primeiro presidente do conselho, com amplos poderes — é viabilizar a reconstrução de Gaza e a transição de poder para a Autoridade Palestina.

Vários nomes ligados ao governo dos EUA

A Casa Branca confirmou apenas a presença dos sete nomes indicados pelo presidente Donald Trump como fundadores do "conselho de paz". São eles: Marco Rubio, chefe da diplomacia dos Estados Unidos; o enviado especial dos EUA para a paz na Faixa de Gaza, Steve Witkoff; Jared Kushner, genro de Trump e consultor do presidente para questões internacionais; o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair; o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga; o bilionário do setor de finanças Marc Rowan; e Robert Gabriel, que integra o Conselho de

Segurança Nacional dos EUA. Entre os convidados, apenas dois presidentes confirmaram, até ontem, participação no colegiado: Viktor Orbán, da Hungria, e Javier Milei, da Argentina. O rei do Marrocos, Mohammed VI, também declarou adesão ao grupo.

A criação do "conselho de paz" integra a segunda parte do plano proposto pelos Estados Unidos, no ano passado, para pôr fim ao conflito armado entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que governava o enclave palestino. Apesar das críticas que as Nações Unidas vêm recebendo

do governo de Washington, o secretário-geral Antônio Guterres elogiou o início da nova etapa do plano de Trump.

"Saúdo o início da Fase Dois do cessar-fogo, anunciado pelos EUA — e reitero que a ajuda humanitária deve fluir sem impedimentos, o cessar-fogo deve ser implementado na íntegra e o caminho deve ser aberto para uma solução irreversível de dois Estados, de acordo com o direito internacional", disse Guterres, em discurso na ONU.

A primeira parte do plano de paz tratava do fim dos ataques israelenses, da soltura de prisioneiros

palestinos e da devolução dos reféns que estavam em poder do Hamas desde a sangrenta invasão de comunidades judaicas, em outubro de 2023, quando militantes ligados ao grupo terrorista mataram cerca de 1,2 mil pessoas e capturaram 251 reféns, perto da fronteira com Gaza. Os últimos cativos vivos foram libertados em outubro do ano passado, dois anos após o ataque. Nesse período, 28 pessoas sequestradas em Israel morreram no cativeiro.

A Faixa de Gaza é um enclave palestino ao Sul de Israel, na fronteira com o Egito. Em uma área do

tamanho da cidade de Belo Horizonte, vivem cerca de 2,3 milhões de pessoas com pouca ou nenhuma infraestrutura para prestação de serviços essenciais, como fornecimento de comida, água tratada, eletricidade e assistência médica. Por causa dos ataques militares dos últimos dois anos, a região palestina tem poucas construções de pé. Uma avaliação das Nações Unidas, em parceria com o Banco Mundial (Bird) e a União Europeia (UE), aponta que serão necessários, pelo menos, US\$ 70 bilhões (R\$ 380 bilhões) para reconstruir a Faixa de Gaza. (VD)

US\$ 1

BILHÃO

é a "taxa de adesão" dos países ao "conselho de paz" para levantar o investimento necessário à reconstrução da Faixa de Gaza